Neo-realismo e conduta incoerente com a estrutura do sistema internacional*

Lucas Grassi Freire**

RESUMO

Críticas ao neo-realismo comumente interpretam-no como uma teoria que estabelece um mundo no qual a configuração da estrutura do sistema internacional possui relação determinista com a conduta de seus atores. Sempre que há conduta incoerente com a estrutura, argumentam esses críticos, o neo-realismo vê-se contradito. Este trabalho procura mostrar como a existência de conduta incoerente é aceitável ao neo-realismo. Adotam-se um teste empírico para esse tipo de crítica e o argumento de que o neo-realismo também consegue estabelecer mecanismos teóricos para manter a idéia básica de que o estudo da configuração da estrutura do sistema internacional é capaz de explicar e prever, em linhas gerais, a conduta dos atores.

Palavras-chave: Teoria de Relações Internacionais; Neo-realismo; Hipóteses auxiliares; Previsão de resultados na dinâmica internacional; Socialização e emulação.

* Este texto desenvolve idéias semelhantes às expostas em dois outros trabalhos (FREIRE, 2005d, 2005e).

** Bacharelado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Não se eximindo da responsabilidade por eventuais erros e omissões teóricas neste texto, o autor agradece o auxílio acadêmico e o incentivo providos pelas seguintes pessoas: Eugenio Diniz, Kenneth Neal Waltz, Leonardo César Ramos, Stephen van Evera, Vera Lúcia Martins; Bernardo Moretzsohn, Erwin Pádua Xavier, Flávio Pedroso Mendes, Luciana Meira, Luiz Feldman, Maíra Colen, Maíra Siman Gomes, Pedro Colares; Humberto C. da Rocha Filho, bem como os componentes da mesa de trabalhos apresentados por estudantes no 10º Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais, onde as idéias básicas que este texto desenvolve foram introduzidas.

Não ocorrendo a possibilidade de obtenção do conhecimento logicamente justificado por mera indução (ALVES, 2004; CHALMERS, 1993, cap. 1; FREIRE, 2005a, 2005c, 2005f; HUME, 1996; POPPER, 2004, parte I), o estudo das relações internacionais, bem como o de áreas diversas da ciência, pauta-se pela utilização de teorias. Teorias orientam o pesquisador em relação a vários aspectos, como, por exemplo, o que deve ser estudado (ontologia) e como deve ser estudado (metodologia). A análise do objeto definido por relações internacionais, variando ele de uma para outra, passa pelo uso de teorias. Teorias são “óculos” através dos quais o objeto das relações internacionais pode ser enxergado (ALVES, 2004; FREIRE, 2005b, 2005f; MEARSHEIMER, 2002). A atividade do analista internacional¹ passa, necessariamente e por definição, pelo uso de teorias:

O analista internacional exerce em sua rotina de profissão a prática da análise, ou seja, procura interpretar o mundo que é seu objeto de estudo (ontologia essa que depende de uma teoria) através de conceitos e relações teóricas (ou, então, causalidades – o que também depende de uma teoria). Pode ser, também, o caso de o analista explicar o “mundo das relações internacionais”

¹ A utilização do termo *internacionalista* para designar o profissional que atua na área de Relações Internacionais é um erro lamentável, visto ser o adjetivo adotado também, na mesma área, para qualificar posicionamento acerca de prescrições para política externa. O termo é, assim, inadequado do ponto de vista semântico. Além disso, um analista internacional favorável a uma política externa intervencionista seria, por exemplo, um internacionalista internacionalista, e, portanto, dos pontos de vista prático, de comunicação e estético, o termo também é extremamente infeliz. Ver Freire (2005b).

ou procurar previsões (e nesse processo usará uma teoria). E os procedimentos para a realização da análise envolvem considerações metodológicas diversas (e, portanto, teorias sobre o uso de teorias). Além disso, ele pode procurar incrementar de alguma forma o estado da arte teórico (e precisará partir de considerações teóricas que envolvam teorias sobre teorias e testes de teorias). (FREIRE, 2005b, p. 16)

Destarte, a análise internacional, tanto conjuntural quanto histórica, consiste no uso de teorias da área de Relações Internacionais (em geral) para o estudo de eventos conjunturais ou históricos.²

Através da análise internacional, os estudiosos do assunto podem interpretar e explicar eventos (dependendo da teoria) ou ilustrar e testar teorias (dependendo da visão metodológica utilizada). Parte considerável dos teóricos em correntes dominantes (GAMA, 2003b) de Relações Internacionais adota o contraste entre teoria e dados como teste. Isso quer dizer que a análise (histórica e conjuntural) ocupa um lugar de destaque do ponto de vista científico e acadêmico, por jogar luz sobre determinados fenômenos e por ser considerada instrumento para teste de teorias.³

Nesse espírito, mesmo alguns críticos das teorias dominantes passam a adotar essa postura metodológica, pressupondo (ainda que provisoriamente)

² O autor agradece a Maíra Siman Gomes o esclarecimento desse ponto no que tange ao estudo da história das relações internacionais. Obviamente, o que se entende pela expressão "área de Relações Internacionais" varia, e não é objetivo deste texto aprofundar em considerações meta-teóricas de tal natureza. Um exemplo conhecido de aplicação de teorias de Relações Internacionais a situações históricas diversas é Watson (2004). Um exemplo no contexto do realismo é Colares *et al.* (2004), sendo esse uma aplicação do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) ao sistema internacional europeu dos séculos XVII e XVIII. O próprio Mearsheimer (2001) executou alguns estudos históricos de forma semelhante. Embora Singer (1968, p. 2) faça uma distinção conveniente entre dados preparados especificamente para determinadas finalidades (por exemplo, historiográficas) e demais tipos de informação, presume-se que a análise internacional seja norteada por pressupostos metodológicos e teóricos que orientem a própria seleção e preparação dos dados.

³ Nos prefácios de seu livro sobre metodologia da Economia, Blaug (1999) menciona sua crença de que a maioria dos economistas, mesmo que em seus escritos assumam posturas distintas dessa postura "falsificacionista", na prática adota esse critério para sua reconstrução racional da ciência e para a avaliação de teorias. Tal parece ser o caso também na área de Relações Internacionais. Essa postura "falsificacionista" remonta a Popper (1999). Uma reconstrução racional consiste em uma apresentação do desenvolvimento de alguma forma de estudo com vistas a explicar sua classificação como "conhecimento" (LARVOR, 1998, p. 59).

sua aplicabilidade, buscando, assim, testar essas teorias segundo os critérios que elas próprias consideram adequados para tal. Ou seja, percebe-se uma tendência de alguns autores a criticar as teorias academicamente dominantes em Relações Internacionais através dos critérios metodológicos aceitos por elas mesmas, apontando anomalias que essas teorias não conseguiriam explicar, ou então listando a quantidade de fenômenos que elas explicam e contrastando essa listagem com a teoria por eles defendida.

Este estudo aborda, de forma também crítica, um exercício semelhante. Em termos gerais, críticas a alguma teoria envolvem pelo menos dois processos, a saber: (i) a compreensão da teoria a ser criticada e (ii) a elaboração da crítica com base na compreensão gerada pelo primeiro processo. Em algumas críticas ao neo-realismo, o primeiro elemento é negligenciado, o que leva a falhas também no segundo elemento.

Para os autores neo-realistas, a configuração da estrutura do sistema internacional (sendo estudada através da análise da distribuição de capacidades entre os atores do sistema, dado que os demais fatores da estrutura – princípio de ordenação e nível de especialização – são rígidos) é capaz de prover explicações e previsões razoáveis relacionadas à conduta dos Estados.

Certo tipo de crítica ao neo-realismo adota o seguinte esquema de raciocínio: (i) o neo-realismo é uma teoria que contém uma relação determinista entre estrutura e conduta no sistema internacional; (ii) ora, em determinados casos, a conduta é incompatível com a estrutura; (iii) logo, o neo-realismo equivoca-se.

Tal parece ser a crítica presente em trabalhos como o quarto capítulo de *The purpose of intervention*, de Martha Finnemore (2003), ou alguns textos do volume *Neorealism and its critics*, organizado por Robert Keohane (1986), e, também, em alegações recorrentes em diversos cursos de teoria de Relações Internacionais no país.

Em primeiro lugar, pode ser que, por considerações diversas, o silogismo caia pela não verificação da segunda premissa, a saber, a que afirma que em determinados casos a conduta dos atores é incompatível com a estrutura do sistema internacional: (i) a observação de algum evento é sempre orientada por alguma teoria que determina o que, como e por que observar certos dados em detrimento de outros, e essa teoria pode simplesmente estar equivocada; (ii) se a refutação de uma hipótese faz cair toda a teoria, esta também

depende da teoria sobre teorias e teste de teorias que é utilizada no processo.⁴ No caso específico, em termos formais, a refutação da hipótese liga-se necessariamente à realidade que se afirma que o neo-realismo concebe, o que anula o problema (ii), mas ainda assim o ponto (i) se mantém. Trabalha-se aqui com esse ponto, através da proposta de um teste com indicadores que possa confirmar ou não alguma conjectura sobre a distribuição de capacidades no sistema internacional em um dado período. De forma semelhante, poder-se-ia realizar um estudo histórico sobre a conduta no mesmo período.

No entanto, em segundo lugar, mesmo sob o pressuposto irreal de que não há esses problemas supracitados na verificação da segunda premissa, ainda assim é possível que o silogismo caia por causa da não verificação da primeira premissa. Isto é, se não for o caso que o neo-realismo afirma a existência de um mundo tal, que há nesse mundo uma relação determinista entre estrutura e conduta dos atores, então, não pode ser o caso que a conduta discrepante da estrutura do sistema internacional ateste o equívoco da descrição realista. Em outras palavras, se o mundo do neo-realismo não é um mundo no qual há uma relação determinista entre estrutura e conduta, a crítica não se aplica. Um breve exame na literatura neo-realista tradicional leva à constatação de que a relação entre estrutura e conduta não é determinista.

Sendo mais palpável, examina-se aqui, como exemplo desse tipo de crítica, o argumento de Martha Finnemore (2003), que busca mostrar que encontrou uma anomalia com a qual o neo-realismo, uma das teorias dominantes em Relações Internacionais, teria dificuldades para lidar. Ela utilizou dados empíricos relacionados ao Concerto Europeu (1815-1914) e contrastou-os com a explicação teórica para o comportamento dos atores internacionais dada pelo neo-realismo. Segundo a autora, o comportamento ocorrido não pode ser explicado pela teoria criticada.

Procura-se aqui trabalhar em duas frentes. Em primeiro lugar, a pertinência da constatação empírica da autora deve ser testada. Caso a constatação seja negada pelo teste, não há anomalia alguma que coloque em risco a explicação neo-realista. No entanto, não é essa a questão mais relevante do ponto de vista acadêmico, mas sim, se ainda com a constatação confirmada a expli-

⁴ O argumento de Finnemore (2003), por exemplo, parece concordar implicitamente com uma teoria "falsificacionista" sobre teorias.

cação neo-realista consegue lidar com o fenômeno. Procede-se, então, em uma segunda parte, a uma elaboração de cunho teórico cujo objetivo é indicar como se consegue abranger a ocorrência de fenômenos do tipo exposto por Finnemore sem que se fira a lógica explicativa neo-realista.

Colocam-se, assim, três perguntas. A primeira delas é: como avaliar se a estrutura do sistema internacional em determinado período realmente corresponde a uma estrutura diferente daquela que a conduta dos atores parece indicar? Procura-se mostrar um Teste de Polaridade que possibilitaria uma verificação (nunca definitiva) simples da distribuição das capacidades entre os principais atores e, portanto, da configuração da estrutura do sistema internacional no período em questão. A segunda pergunta é: a relação entre estrutura e conduta é determinista no neo-realismo? A hipótese é que não, o que se procura mostrar através de considerações sobre informação imperfeita e erros políticos e estratégicos. A terceira pergunta é: como, então, manter que a estrutura do sistema internacional possibilita explicar de forma razoável grande parte dos componentes que permitem prever a conduta dos atores internacionais? A hipótese é que há dispositivos teóricos no plano individual e no plano sistêmico no neo-realismo através dos quais alterações nas estruturas de custos e de benefícios servem de sinalização para que o ator altere sua conduta para uma mais adequada em relação à estrutura do sistema internacional.

Para efeito de teste da crítica, define-se uma agenda de pesquisa que abranje os dois aspectos supracitados da discussão. Como há de ser mostrado, essa questão envolve trabalho considerável com dados históricos, alguns deles de difícil acesso, e, por isso, o que se estabelece aqui é somente uma agenda de pesquisa.

Em primeiro lugar, através do uso de indicadores, o estabelecimento dessa agenda visa a propor um Teste de Polaridade que consiste em (i) utilizar possíveis processos para determinação do poder militar e latente dos atores escolhidos, (ii) definir como os resultados obtidos para cada ator escolhido podem ser comparados, de modo que se viabilize (iii) determinar, com base nesses resultados e nessa comparação, qual era a estrutura do sistema internacional no período.

Em segundo lugar, busca-se uma resposta teórica que ressalte a relevância da teoria neo-realista na análise internacional, mesmo que seja indicada uma

conduta dos atores discrepante da estrutura do sistema internacional. Levando-se em conta o cenário de atores racionais e outras hipóteses básicas, procura-se demonstrar como permanece viável a interpretação neo-realista para comportamentos incoerentes com a estrutura do sistema internacional, nos planos individual (com uso de teoria dos jogos) e sistêmico (recorrendo-se às noções de socialização e de emulação dos atores). O resultado obtido não fere a lógica interna do programa de pesquisa neo-realista e, ainda assim, aborda os pontos criticados por Finnemore.

A conclusão que daí decorre é dupla. Em primeiro lugar, o Teste de Polaridade aplica-se para testar a hipótese que Finnemore levantou sobre a configuração da estrutura do sistema internacional europeu no século XIX. Os resultados podem (a) condizer com a hipótese de Finnemore ou (b) contradizê-la. No último caso, a crítica da autora não procede (queda da segunda premissa do silogismo). Já no caso (a) a argumentação aqui elaborada mostra que a crítica não procede *necessariamente*, podendo o neo-realismo lidar com o objeto, mesmo após tais constatações empíricas.

A seguir, a visão teórica realista e o argumento de Finnemore em relação a ela são brevemente expostos. Na próxima seção, a agenda de pesquisa para o Teste de Polaridade é definida. Na seção seguinte, indica-se como o neo-realismo pode lidar com o comportamento incoerente dos Estados. Considerações finais são então tecidas, através de uma discussão do exercício deste estudo e de considerações gerais sobre o panorama do diálogo entre teorias de Relações Internacionais.

O NEO-REALISMO E UM EXEMPLO DE CRÍTICA RELACIONADA À CONDUTA INCOERENTE

Do realismo clássico ao neo-realismo

O texto escrito em 1939 por Edward Hallett Carr (2001) é por muitos considerado como o marco inicial da disciplina de Relações Internacionais (ver GRIFFITHS, 2004, p. 19-24). Nele, Carr delineia as bases para o chamado realismo clássico, indicando que o ambiente político internacional é conflituoso. Em geral, os textos do realismo clássico adotam pressupostos

relacionados a considerações sobre a natureza humana, já na tradição do realismo político inspirado por Maquiavel, Hobbes e outros (ver NEGRI, 2003). Como outro difusor do realismo clássico, Hans Morgenthau, afirmou em 1948 “o realismo político acredita que a política, como, aliás, a sociedade em geral é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana” (MORGENTHAU, 2003, p. 4). Os realistas clássicos argumentam que

•
O mundo é imperfeito e tal imperfeição deriva da própria natureza humana visto que há uma constante oposição de interesses entre os homens, o que faz com que os princípios morais nunca sejam totalmente, mas apenas temporariamente realizados, quando se alcança um equilíbrio, ainda que instável, entre essas forças e vontades divergentes. (NEGRI, 2003, p. 96)

A partir da teorização realista sistematizada ao longo do tempo, infere-se que as unidades básicas relevantes para a análise internacional são os Estados. “O realismo explica a realidade internacional a partir dos Estados, feita uma analogia entre estes e os seres humanos” (GAMA, 2003a, p. 7).

Como, ao contrário de no ambiente doméstico, no ambiente internacional não há autoridade superior capaz de se impor sobre as partes, considera-se que o sistema internacional se caracteriza por anarquia: “Os Estados não admitem árbitro, tribunal ou lei superiores à sua vontade” (ARON *apud* GAMA, 2003a, p. 8) e por isso devem buscar sozinhos sua própria permanência como organizações políticas independentes de demais organizações rivais, cooperando com elas, na medida do cálculo racional, quando isso não os afeta individualmente: “Em conseqüência, devem sua existência e segurança a si próprios e seus aliados” (ARON *apud* GAMA, 2003a, p. 8). Em suma, os Estados vêm-se em um ambiente competitivo no qual impera a lógica de ação por auto-ajuda. A anarquia desse sistema torna constante a preocupação dos Estados com a própria segurança, sendo essa, assim, a prioridade na escala de preferências dos Estados.

Nos anos 1950 a chamada revolução comportamentalista nas ciências sociais causou impacto significativo no estudo das relações internacionais.⁵ Novas abordagens surgiram, como, por exemplo, a de Morton Kaplan (1967), bus

⁵ A principal inovação foi a introdução da análise por teoria dos jogos. Ver Hertz (1950) um dos textos pioneiros sobre o tema.

cando aplicações para o comportamentalismo no estudo dos sistemas e, dos processos nas políticas internacional e doméstica. Enquanto isso, Kenneth N. Waltz (2004) procurava organizar a produção acadêmica na área em três categorias (imagens). A primeira constitui-se por explicações para as causas da guerra como características da espécie humana; a segunda atribui à maneira como os Estados se configuram internamente como causa da guerra; e a terceira atribui essas causas às condições de convivência entre as unidades políticas (Estados) em um sistema internacional anárquico, sob um contexto de informações incompletas e perspectivas de reações imprevisíveis por parte das demais unidades.⁶

O neo-realismo de Waltz

Waltz (2002) optou pela terceira imagem⁷ ao construir, em 1979, sua **Teoria das relações internacionais**, procurando, com isso, mostrar que a estrutura anárquica do sistema internacional seria mais relevante como explicação para os resultados da dinâmica política internacional que a natureza dos atores. Ao estabelecer que a análise das relações internacionais deveria se basear nos arranjos das relações entre as unidades políticas do sistema, priorizando a lógica estrutural sobre a lógica de natureza humana, Waltz firmou seu texto como um marco para a nova tradição teórica que se iniciava: o neo-realismo.

Waltz chamou esses arranjos pelos quais os Estados interagem no sistema internacional de *estruturas*. Sendo o sistema caracterizado por unidades em interação, variações em sua estrutura implicam variações no sistema. Estruturas semelhantes produzem efeitos semelhantes. Dessa forma, o estudo das estruturas lança luz sobre os resultados da dinâmica internacional.

Para a análise do impacto das estruturas nesses resultados, é interessante observar a disposição de pelo menos três fatores estruturais, a saber, o princí-

⁶ Para uma revisão crítica dessa obra e de sua relevância no desenvolvimento do pensamento neo-realista, ver, por exemplo, Freire (2004).

⁷ Griffiths (2004, p. 77-81) enuncia claramente esse ponto, ao indicar a mudança de Waltz de ponderar entre as três imagens, para dar preferência à terceira, em sua teoria (WALTZ, 2002) publicada 20 anos depois de *O homem, o estado e a guerra* (WALTZ, 2004).

pio de ordenação, o grau de especialização das unidades e a distribuição das capacidades entre as unidades. O primeiro fator, dado pelo contexto, indica que o sistema internacional é ordenado de forma anárquica, o que denota que as relações se dão em termos de coordenação e não, de subordinação e superordenação. Isso decorre da já mencionada ausência de autoridade que se imponha sobre as unidades do sistema. O segundo fator indica uma tendência das unidades à busca de menos dependência mútua, de modo que manipulações sejam evitadas, visto que a conduta lógica decorrente de um sistema anárquico e competitivo é de auto-ajuda, o que restringe os esforços de interdependência somente ao necessário. Para Waltz, a alteração do ordenamento do sistema internacional para hierárquico implicaria em criar um "Estado Mundial" virtualmente incapaz de manter de forma desejável a paz, e, portanto, o primeiro fator deve ser considerado fixo. Sobre o segundo fator, pode até ser que as unidades busquem contrariar a lógica da auto-ajuda, mas isso não assegura a permanência desses atores na dinâmica política de longo prazo, uma vez que eles se sujeitam à manipulação mútua.⁸ Waltz explica, dessa forma, que a análise deve se concentrar no terceiro fator, a distribuição das capacidades entre as unidades.

Capacidades são o controle que os Estados têm sobre os recursos existentes. Quanto maior a capacidade de um ator em relação às dos demais, maior a sua relevância na dinâmica internacional, e, sendo assim, a análise dessa dinâmica é em grande medida a análise do comportamento das grandes potências do sistema internacional.⁹ Em suma, alterações significativas nas capacidades modificam o número de atores relevantes e, por conseguinte, a estrutura, resultando em uma mudança do sistema. Assim, estruturas multipolares (mais de dois atores relevantes) tendem a levar a um determinado comportamento dos Estados para buscar sua segurança, e estruturas bipolares (dois atores relevantes), a outro tipo de comportamento para o mesmo fim.

⁸ É sobre essa consideração e outros pontos semelhantes que se ergue a resposta neo-realista à crítica de Finnemore, adiante.

⁹ A analogia é feita entre a estrutura desse sistema e os oligopólios, nos estudos de organização industrial.

A crítica de Finnemore

Ao elaborar uma breve crítica à interpretação neo-realista do período do Concerto Europeu (1815-1914), Finnemore (2003) procura mostrar que a teoria neo-realista teria previsto um comportamento dos atores correspondente à multipolaridade, mas que, em termos empíricos, uma análise da distribuição das capacidades entre as unidades teria indicado que havia somente dois ou um pólo no sistema. Segundo as abordagens tradicionais, o sistema seria multipolar, o que em tese levaria a uma determinada dinâmica de alianças. Para Finnemore, tal constatação implica problemas para a interpretação neo-realista sobre o sistema europeu no século XIX e abre caminho para sua própria interpretação, construtivista, sobre o mesmo objeto. Isso porque, para ela, “o pressuposto crucial de teorias estruturais é que condições materiais impõem uma lógica necessária de comportamento” (FINNEMORE, 2003, p. 88; tradução nossa)¹⁰ e, sendo assim, a conduta ocorrida no período observado teria necessariamente de corresponder ao padrão de comportamento relacionado à estrutura do sistema internacional existente. Ora, o que se verificou, segundo a autora, foi uma conduta *incoerente*, uma vez que o sistema era bipolar ou hegemônico (dependendo da avaliação empírica utilizada), mas a conduta equivalia a práticas características da multipolaridade. Com isso, a autora pretende mostrar que “a distribuição das capacidades está aberta a interpretações e que, de fato, distribuições semelhantes de capacidade geram entendimentos de ordem diferentes em épocas diferentes” (FINNEMORE, 2003, p. 87, tradução nossa),¹¹ colocando-se, segundo ela, uma oportunidade para uma explicação construtivista que analise como as mudanças nesses entendimentos produziram mudanças nas condutas dos atores.

Torna-se, pois, pertinente avaliar se o sistema na época era multipolar. Caso isso se confirme, a constatação empírica da autora não procede. Caso não, uma contra-argumentação teórica faz-se útil. A próxima seção trata de elaborar diretrizes para um Teste de Polaridade que leve a uma classificação

¹⁰ “The overarching assumption in all these [structural] analyses, however, is that material conditions impose a necessary behavioral logic”.

¹¹ “[...] the distribution of capabilities [is open to interpretation and that, in fact, similar distributions of material capabilities generate different understandings of order at different times”.

do sistema internacional na época como multipolar, hegemônico (unipolar) ou bipolar. Visto que a resposta teórica parece ser mais interessante, do ponto de vista de relevância, para o estado da arte, o teste é colocado na forma de agenda de pesquisa e não é levado a cabo.¹²

AVALIANDO A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Ao comentar sobre a abordagem alternativa do Concerto Europeu, Waltz (2005; tradução nossa) observou que "a questão é simplesmente sobre o que deve ser definido por pólo. Por qualquer definição útil, a Europa não era bipolar no século XIX".¹³ Waltz capta, com isso, a idéia geral do Teste de Polaridade, ao adotar o termo *definição útil* e a noção de que há mais de uma definição para o que se considera um pólo. Sendo pólo um ator que dispõe de uma capacidade desproporcional, se comparada à dos demais atores, decorre que uma definição útil de pólo é obtida a partir de uma definição útil de capacidade (poder).

Muitos já observaram a falta de acordo entre vários teóricos estruturais (dentre eles, vários neo-realistas) sobre uma concepção única de capacidades ou poder. No entanto, em geral, concorda-se que recursos materiais (princi-

¹² O Teste de Polaridade surgiu como resultado de uma discussão entre o autor deste texto e alguns seus colegas sobre uma avaliação quantitativa do período do Concerto Europeu, a partir da qual se concluiu que a execução do teste demandaria muito tempo e recursos tais como uma equipe de pesquisa. O teste pode ser considerado muito simplificador, mas, como será exposto, não se faz necessário um detalhamento profundo do assunto, como, por exemplo, o trabalho que há anos se realiza no projeto *Correlates of War* (ver CORRELATES OF WAR 2 PROJECT, 2004), bastando-lhe uma *definição útil*. O que se segue (i) facilita a avaliação para o pesquisador médio e (ii) proporciona uma avaliação simples dos fatores centrais na definição de capacidades; além disso, como já foi mencionado, o objetivo é (iii) realizar somente um teste. Do ponto de vista do estado da arte em teoria, a resposta teórica é que se faz mais interessante. De certa maneira o Teste de Polaridade apresenta um instrumento prático e simples, de caráter modelar, ou seja, restringindo as variáveis àquelas que capturem as características básicas de poder para os neo-realistas. Em Freire (2005e) consta um detalhamento do modelo, com a discriminação de suas possíveis equações, cujas variáveis e papel requerem, ainda assim, maior estudo e exame. Para estudos mais detalhados e rigorosos do ponto de vista metodológico, ver Singer, Bremer e Stuckey (1992) e Wayman (1984).

¹³ "The question is simply one of what is to be considered to be a pole. By any useful definition Europe was not bipolar in the 19th century".

palmente, militares) são os meios mais utilizados pelos países para a obtenção de sua segurança. Há, portanto, um núcleo básico da conceituação de capacidades que possibilita a formação de uma definição útil a partir dos elementos mais usados pelos atores.¹⁴ Nesse sentido, a adoção dos critérios a serem incluídos na composição de poder, expostos a seguir, não esgota o que se entende por "poder" nem pretende fazê-lo. O que ocorre é a provisão de uma definição útil, isto é, uma definição que abranja os principais recursos dos quais os Estados dispõem para a busca de sua sobrevivência no sistema internacional.¹⁵ Uma sistematização recente foi feita por John J. Mearsheimer (2001) e será utilizada como diretriz geral para o estabelecimento desta agenda de pesquisa.

Mearsheimer (2001, p. 55-56) dividiu o conceito de poder em dois: latente e militar, sendo o poder militar o que mais diretamente afeta a dinâmica internacional, pois é ele o principal meio utilizado para a busca de segurança¹⁶ pelos atores. No entanto, conforme já apontado por Waltz (2002), a capacidade de um ator também é formada por outros elementos. Um pólo seria destaque em todos esses elementos ou, pelo menos, em boa parte deles. Mearsheimer lista estes demais elementos (poder latente): riqueza, tamanho e composição da população, nível de avanço industrial e outros fatores que, em última análise, são transformáveis em poder militar no longo prazo.¹⁷

O Teste de Polaridade é uma forma de comparar os principais atores do sistema internacional em um dado corte de tempo, através de índices elaborados a partir da combinação dos poderes militar e latente de cada um deles. O termo *teste* deve-se ao fato de que ele analisa os dados somente para atores pré-selecionados. Essa seleção prévia vem de alguma noção intuitiva que se tenha acerca de quem são os principais atores do sistema no período recortado. No caso escolhido como exemplo – o teste elaborado para o período de 1815 a 1914 –, a seleção dos atores principais baseia-se nos critérios dos es-

¹⁴ Finnemore (2003, p. 91), por exemplo, lista a ocorrência de quatro variáveis básicas nas definições neo-realistas: população, território, tamanho do exército e riqueza.

¹⁵ Nesse sentido, pode-se afirmar que a composição de poder aqui adotada é de caráter modelar e simplificador. Essa operacionalização dos conceitos é muito comum em textos neo-realistas.

¹⁶ O poder militar não é, necessariamente, usado só para coagir. Ver Knorr (1970, p. 1-2).

¹⁷ Knorr (1970) decompõe com detalhe as características latentes do poder, principalmente as relacionadas à riqueza.

tudos já existentes: Grã-Bretanha, França, Prússia, Áustria-Hungria e Rússia.¹⁸ Colocam-se, então, as perguntas-chave do teste: considerando-se que uma avaliação da estrutura do sistema internacional no período recortado passa necessariamente por uma verificação (i) do poder militar dos atores, (ii) do poder latente dos atores e (iii) de uma combinação dos fatores (i) e (ii), (I) Qual classificação para o sistema internacional no período recortado seria indicada por uma análise do fator (i)? (II) Qual classificação para o sistema internacional no período recortado seria indicada por uma análise do fator (ii)? (III) Qual classificação para o sistema internacional no período recortado seria indicada por uma análise do fator (iii)?

As hipóteses, como já se definiu acima, podem ser três:

- (a) Multipolar,
- (b) Bipolar, e
- (c) Unipolar.¹⁹

A análise de (i) e de (ii) pode ser feita através de indicadores ligados à composição, respectivamente, do poder militar e do poder latente. A análise de (iii) combina os indicadores anteriores. A combinação faz-se necessária, principalmente para que se evite classificar como pólo um ator que se destaque em apenas uma das áreas que compõem a sua capacidade.²⁰ Os principais

¹⁸ Esses são os pólos mencionados por Finnemore (2003, p. 91-92). Cabe aqui, entretanto, uma ressalva: estudos como o de Mearsheimer (2001, p. 350-354) e o de Waltz (2002, p. 224) adicionam a Itália a partir de 1861, e Waltz (2002, p. 224) inclui, de 1875 a 1910, o Japão e os Estados Unidos. Tal diversificação em abordagens importantes indica que vários testes separados seriam necessários para o período abrangido de 1815 a 1914. Cada estudo cuidaria de parte do período, avaliando os dados para as potências contidas no estudo que aponte o maior número de potências de cada período. No intuito de simplificar a presente agenda de pesquisa, definem-se como pólos-alvo do teste os cinco citados no corpo do texto.

¹⁹ Unipolar sendo sinônimo do que Finnemore (2003) chama de "hegemônico". Optou-se aqui, também em virtude da coerência com o programa científico de pesquisa waltziano (principal alvo das críticas de Finnemore), pela adoção somente dessas três estruturas, embora Kaplan (1967) e Mearsheimer (2001), por exemplo, tenham diferenciado várias outras categorias, principalmente ligadas à multipolaridade.

²⁰ Em outras palavras, a definição de pólo a ser considerada aproxima-se mais daquilo escrito por Waltz em 1979 (WALTZ, 2002) e não, após a Guerra Fria (WALTZ, 1993). Acredita-se que Waltz adotou uma modificação de seu conceito de pólo com o objetivo de produzir uma hipótese *ad hoc* para lidar com as mudanças no sistema internacional de então, passando a dividir as áreas de destaque (econômica, militar etc.) nas quais os países pudessem ser classificados como pólos.

indicadores são índices que variam entre zero e um, visto que se torna necessário um padrão absoluto para a comparação entre os diversos dados.²¹

Os indicadores de (i) "baseiam-se amplamente no tamanho e na força do exército de um Estado e das forças aéreas e navais que lhe provêm apoio" (MEARSHEIMER, 2001, p. 56; tradução nossa).²² As duas variáveis básicas a serem analisadas relacionam-se ao exército e à marinha.²³ Os indicadores de (ii) apóiam-se na noção de poder latente, que "é amplamente baseado na riqueza de um Estado e no tamanho geral de sua população" (MEARSHEIMER, 2001, p. 55; tradução nossa).²⁴ Esses fatores também são importantes porque "grandes potências precisam de dinheiro, tecnologia e pessoal para montar forças militares e participar de guerras, e o poder latente de um Estado refere-se ao potencial bruto com que ele pode contar ao competir com Estados rivais" (MEARSHEIMER, 2001, p. 55; tradução nossa).²⁵ Assim, no geral, as variáveis básicas relacionam-se à composição da riqueza, à tecnologia e a fatores demográficos. O indicador para (iii) é o índice de capacidade, que une o poder latente ao poder militar, uma vez que a sustentação material de

²¹ Esses indicadores têm sido elaborados pelo Correlates of War Project desde o final da década de 1960 e incluem dados para o período recortado no exemplo do século XIX. Para detalhes sobre a necessidade de transformação de indicadores para comparação, ver, por exemplo, Boudon (1989).

²² "Military power is based largely on the size and strength of a state's army and its supporting air and naval forces". Uma ressalva: o próprio Mearsheimer observa que esses fatores materiais não necessariamente garantem o sucesso militar de um Estado em toda e qualquer empreitada. Considerações sobre o uso dos enfrentamentos para que se atinjam os objetivos políticos e sobre o uso da força para a obtenção de objetivos militares importam, e muito. Considere-se o exemplo das guerrilhas, em que o emprego de determinados princípios táticos no combate e de determinadas estratégias para a obtenção de apoio popular local pode influir significativamente no resultado a favor do lado que dispõe de menos recursos materiais. Ver Diniz e Proença Jr. (2004).

²³ A arma da aeronáutica não precisa ser considerada no exemplo, visto seu uso precário entre 1815 e 1914. Não obstante, deve ser acrescentada a um teste cujo objeto sejam ocorrências mais recentes. Para um estudo sobre o papel dessa arma, no intuito de incluí-la no Teste de Polaridade, ver, como introdução, Proença Jr., Diniz e Raza (1999, cap. 4).

²⁴ "It is largely based on a state's wealth and the overall size of its population".

²⁵ "Great powers need money, technology, and personnel to build military forces and to fight wars, and a state's latent power refers to the raw potential it can draw on when competing with rival states". Um estudo de como essas características foram militarmente aproveitadas ao longo da história moderna pode ser encontrado em Kennedy (1987).

longo prazo do poder militar deve ser capaz de mantê-lo totalmente em condições ideais (MEARSHEIMER, 2001, p. 67-82). Esse é o tipo de indicador elaborado pelo *Correlates of War Project*: proporciona algo que se aproxima de uma "definição útil" de capacidades e que pode estabelecer um critério útil para a definição da estrutura do sistema.

Conforme se diz, não há dúvida de que Luxemburgo não seja um pólo no sistema internacional contemporâneo. Entretanto, se mesmo atualmente se torna difícil ser tão assertivo para outros países, havendo, por exemplo, múltiplas classificações para o sistema atual (ZALDÍVAR, 2003), o que se dirá acerca de sistemas internacionais que só podem ser avaliados através de análise histórica?

No intuito de que um critério simples e objetivo facilite o estudo do número de pólos na história, o Teste de Polaridade é concluído com uma análise de valores discrepantes (*outliers*), principalmente para o indicador (iii). Isso se justifica pelo conceito de grande potência, aquela que detém controle sobre uma quantidade desproporcional de capacidades em relação às demais. Após a aplicação dos procedimentos estatísticos para a identificação de valores discrepantes,²⁶ os resultados podem ser:

- (a) Um valor discrepante → Unipolaridade;
- (b) Dois valores discrepantes → Bipolaridade;
- (c) Nenhum valor discrepante ou mais de dois valores discrepantes → Multipolaridade.

Esses resultados seguem a lógica do pressuposto neo-realista de que os Estados estão preocupados mais com ganhos relativos (MEARSHEIMER, 2001, cap. 2; WALTZ, 2002), ou seja, com as suas capacidades em relação às dos outros. Assim, quando não há discrepância entre eles, pode-se considerar por definição que a distribuição de capacidades é mais uniforme do que quando aquela se verifica, podendo, por isso, o sistema ser considerado estatisticamente multipolar. As demais configurações seguem o número de valores discrepantes: para um, constata-se unipolaridade; para dois, bipolaridade; para mais de dois, multipolaridade, excluindo-se da definição de pólos os valores não-discrepantes restantes.

²⁶ Para os procedimentos, ver, por exemplo, Farias, Soares e César (2003) e Magalhães e Lima (2002).

Esse procedimento termina a análise quantitativa do Teste de Polaridade, uma vez que leva às respostas possíveis delineadas para as perguntas (I, II e III) do teste. Deve ser lembrado que, ao contrário do que Finnemore (2003, p. 89-90) alega, não pode haver mais de uma configuração para o mesmo sistema simultaneamente, porque as capacidades devem ser consideradas por inteiro. Ou seja, das três respostas (a), (b) ou (c), somente se permite concluir uma por vez para o indicador (iii).²⁷

LIDANDO COM A CONDUTA INCOERENTE

Lidando com a existência de conduta incoerente

Análises diversas do comportamento dos Estados no período recortado indicam coerência da conduta com uma estrutura multipolar (MEARSHEIMER, 2001; MORGENTHAU, 2003; WALTZ, 2002). De forma diferente, pressupondo que a estrutura não era multipolar, o que necessariamente deveria ocorrer, segundo Finnemore (2003), seria conduta relativa à estrutura: bipolar ou unipolar, dependendo da constatação empírica.²⁸ Assim, para a auto-

²⁷ Um levantamento bibliográfico primário indicou as seguintes sugestões como fontes de dados para a execução desta agenda: Correlates of War 2 Project (2004), Finnemore (2003), Kennedy (1987), Mearsheimer (2001), Singer, Bremer e Stuckey (1992), Singer e Small (1968), Waltz (2002) e Wayman (1984).

²⁸ Deve ser lembrado que o estudo de Finnemore não pretende ser conclusivo quanto à caracterização positiva do sistema internacional na época. O argumento que a autora buscou defender foi negativo, isto é, de que o sistema não era multipolar. No caso, ela *implicitamente* contrastou os comportamentos esperados para a bipolaridade (enunciados claramente, por exemplo, em WALTZ, 2002, cap. 8-9) ou para a unipolaridade com os esperados para a multipolaridade (SNYDER, 1984; WALTZ, 2002). Convém ressaltar que entre os neo-realistas o debate sobre unipolaridade é relativamente recente, e, sendo assim, as análises sobre qual comportamento pode ser inferido de uma estrutura unipolar ainda amadurecem e carecem de mais teste. Krauthammer (1991) apresenta uma análise feita logo após a Guerra Fria; em dois textos fundamentais sobre o assunto, Layne (1993) demonstra preferência pelo balanceamento à distância, e Wohlforth (1999), por um intervencionismo mais ativo por parte do pólo. Uma comparação entre as duas abordagens é feita em Feldman e Freire (2004). Mearsheimer (2001, cap. 10) também se insere no debate, prescrevendo e proscrevendo políticas para os Estados Unidos nos próximos anos como pólo do sistema. Diniz (2003) tece considerações sobre contradições em uma abordagem do próprio Waltz, no início dos anos 1990, com sua teoria de 1979 e ainda opina sobre as formulações de Layne e de Wohlforth.

ra, se coloca a questão: se a estrutura era bipolar ou hegemônica (unipolar), então como explicar essa conduta incoerente?

Alguns pressupostos neo-realistas devem ser esclarecidos para essa tarefa. Em primeiro lugar, a pressuposição de que os Estados são atores racionais (MEARSHEIMER, 2001, p. 30-32) não exclui a possibilidade de erro de cálculo por parte deles nos planos político, estratégico e tático.²⁹ Em segundo lugar, deve-se considerar que os Estados operam em um contexto de informações imperfeitas e de incerteza sobre as ações e reações alheias (HERZ, 1950; JERVIS, 1978; MEARSHEIMER, 2001, p. 32-46).

Conhecimento incompleto ou equivocado acerca das próprias capacidades ou das dos outros atores significa, por definição, interpretação equivocada sobre a distribuição das capacidades no sistema, ou seja, sobre a estrutura. Considerando-se que o comportamento dos atores é definido em termos de poder e de interesses, e sendo, em última análise, os interesses dados pelo primado da busca pela segurança na hierarquia de objetivos dos Estados, então, o que mais diretamente influi na conduta dos atores se relaciona ao poder, isto é, aos meios disponíveis para a obtenção de segurança.³⁰ Nesse sentido, havendo a possibilidade de informações incompletas sobre a configuração e distribuição de poder (capacidades) no sistema, e sabendo-se que os Estados calculam em função dessa distribuição, explica-se, assim, o erro de cálculo, sem que se invalidem pressupostos da escolha racional. Por causa desses fatores a conduta pode condizer com uma estrutura diversa daquela

²⁹ Essa colocação é creditada a Flávio Pedroso Mendes. Como exemplos de equívocos políticos e estratégicos, menciona-se o conjunto de cálculos do Japão na II Guerra Mundial tais como descritos por Nye Jr. (2000).

³⁰ A diferença entre o neo-realismo ofensivo (MEARSHEIMER, 2001) e o defensivo (WALTZ, 2002) não necessariamente afeta a argumentação acima, visto que para ambos, mesmo que por diferentes razões, os meios viáveis para a busca da segurança passam por considerações sobre a distribuição das capacidades entre os atores do sistema. Em ambos os casos isso se aplica nas estratégias diversas adotadas no nível dos esforços internos (ex: auto-ajuda) e externos (ex: balanceamento). Para Mearsheimer isso significa buscar um comportamento expansivo e agressivo na busca de mais poder. O próprio Mearsheimer (2001, p. 19) concorda que Waltz admite o poder como melhor meio para a sobrevivência dos Estados, embora esse afirme que o sistema internacional não incentive conduta ofensiva e que, portanto, os Estados se contentam em manter o equilíbrio de poder em vez de buscarem uma posição hegemônica exclusiva.

que existe. Assim, admitindo-se a possibilidade de erro de cálculo, consegue-se uma explicação para a ocorrência de conduta incoerente.³¹

Restam ainda dois questionamentos fundamentais. O primeiro deles é: se de fato há a possibilidade de conduta incoerente, então como o neo-realismo ainda pode permanecer alegando que provê base razoável para explicar e prever a conduta dos agentes pelo estudo das estruturas? Como resposta, considera-se que, à medida que são punidos ao adotar conduta incoerente ou são estimulados a adotar conduta coerente, os atores tendem, no longo prazo, a adotar a segunda opção, e os insistentemente incoerentes são eliminados. O segundo questionamento relaciona-se ao exemplo escolhido para este estudo e é: sendo assim, pressupondo que o sistema não era multipolar entre 1815 e 1914 (o que ainda precisa ser testado com mais profundidade), como interpretar a ocorrência de conduta incoerente por tanto tempo?

Estabilização de conduta no plano individual

Em relação ao primeiro questionamento, o que se afirma é que alterações nos custos esperados de comportamento incoerente e/ou nos benefícios esperados de comportamento coerente podem levar os atores a adotar comportamento coerente. No plano individual, isso pode ser modelado em teoria dos jogos. Os jogos são ilustrações para o ordenamento de preferências em situações de interação social, cujo resultado de ações combinadas premia ou pune os atores em questão (COSTA, 1994; DAVIS, 1997, p. 3-10; GIBBONS, 1992, p. xi; ORDESHOOK, 1986, cap. 1 e 3). Em determinadas situações em que os atores escolhem o que lhes parece mais compensador, a interação, de forma combinada, gera um resultado subótimo.

Um caso ilustrativo é o dilema da segurança (HERZ, 1950; ORDESHOOK, 1986, p. 221-222), em que os atores se vêem entre duas escolhas (aumentar ou não a produção de armas) e a situação ideal para um ator é obter superioridade em quantidade de armas sobre o outro, ou seja, aumentar sua produção sem que o outro faça o mesmo. Em seguida, a segunda melhor situação seria a manutenção do *status quo*. Os demais resultados pioram o *status* do ator: quando ambos aumentam a produção de armas, continuam simétricos

³¹ Ver Waltz (1986) sobre as pretensões não deterministas da teoria neo-realista.

em termos relativos, mas com menos recursos materiais (pois foram gastos na produção de armas) ou, então, quando um ator permanece com a mesma quantidade de armas e o outro aumenta a sua, sendo esta a pior situação possível para o primeiro.

		B	
		C	D
A	C	CC	CD
	D	DC	DD

Figura 1. Dilema da segurança.

Na Figura 1, as combinações entre as estratégias C (cooperação, não produzir mais armas) e D (deserção, produzir mais armas) são ilustradas para os atores A e B. A escala individual de preferências coloca-se da seguinte forma (Fig. 2), indicando o que foi descrito sobre o jogo:

$$(DC) \succ (CC) \succ (DD) \succ (CD)$$

Figura 2. Escala de preferências no dilema da segurança.

O resultado individualmente preferível é (DC). Se ambos os atores participantes escolhem deserção (D), o resultado agregado é subótimo na escala de preferências (DD). Se um ator preferisse cooperar (C) como curso de ação, o resultado seria o pior possível para ele (CD). Isso poderia ser considerado comportamento incoerente.³² Se, no entanto, o jogo passa a ser repetido sem perspectiva definida de final, há uma tendência: quando ambos escolhem (D) e são repetidamente punidos pelo resultado agregado, passam a reconsiderar sua estratégia, desenhando-se a possibilidade de obtenção do melhor resultado coletivo, (CC).³³ Para Axelrod (1984) a estratégia “olho-

³² Da mesma forma que o comportamento coerente é alterado por punições com a repetição indefinida do jogo, como há de ser mostrado adiante, o comportamento incoerente no plano individual passa a ser eliminado.

³³ Axelrod (1984) observou isso para um jogo análogo, o dilema do prisioneiro, em experimentos. Uma formalização abstrata com hipóteses simplificadoras e explicações relacionadas pode ser encontrada, por exemplo, em Gibbons (1992, p. 88-100).

por-olho" (cooperar na primeira rodada e imitar o oponente nas demais), quando o jogo é repetido, desenha a possibilidade de prêmio ou de punição, conforme a resposta alheia.

A analogia não é inteiramente perfeita em relação ao que se discute aqui, pois trata de uma interação entre dois atores e não, entre vários atores (ver WALTZ, 1986, p. 342). No entanto ela capta a perspectiva de que "um ator mude seu comportamento devido ao aumento dos custos esperados, caso continue agindo de determinada forma, ou ao aumento dos benefícios esperados, caso adote outra conduta".

Estabilização de conduta no plano sistêmico

No plano sistêmico, considera-se que a estrutura é um conjunto de elementos constrangedores e atua como selecionadora.³⁴ "Porque as estruturas são selecionadas para recompensar alguns comportamentos e punir outros, os resultados não podem ser inferidos de intenções e comportamentos" (WALTZ, 2002, p. 106). Sabe-se, então, que no longo prazo a conduta dos atores incoerentes se estabiliza e passa a se ligar à estrutura do sistema. Waltz aponta dois mecanismos básicos para descrever isso: socialização e emulação.³⁵ Pela socialização os atores do sistema se influenciam mutuamente e estabilizam padrões de comportamento:

A socialização traz os membros de um grupo à conformidade com as suas normas. Alguns membros do grupo entenderão isto como repressivo e inclinar-se-ão para um comportamento desviante. O ridículo pode trazer os desviados para a linha ou fazê-los deixar o grupo. (WALTZ, 2002, p. 109)

Ou seja, a socialização, ao aumentar claramente o custo esperado do comportamento incoerente, deixa ao ator as escolhas de (a) mudar sua conduta

³⁴ Ela, no entanto, não é agente. Por isso a analogia dos jogos não ilustra todo o ponto de uma vez, mas somente introduz a possibilidade da mudança de comportamento por causa de punição ou prêmio. Observe-se ainda que a analogia também deve ser feita entre indivíduo e Estado, sendo este considerado pelo neo-realismo como unitário e racional, conforme já exposto anteriormente. Para mais sobre a lógica da mudança de conduta por prêmio e punição no comportamento humano, ver Skinner (1998).

³⁵ O autor deste estudo foi amplamente influenciado por considerações de Erwin Pádua Xavier sobre esses pontos no texto de Waltz.

ou (b) sair do jogo; conseqüentemente, o comportamento desviante é minimizado, emergindo um padrão geral relativamente uniforme, e, assim, a estrutura permanece sendo boa indicadora da conduta.

Por exemplo, quando a ação se dá conforme uma estrutura multipolar, sendo esta de fato, por exemplo, bipolar, a ênfase em ação concertada e em alianças com outros atores, incluindo o outro pólo, contraria a lógica da auto-ajuda, representando, assim, um aumento do grau de especialização e, conseqüentemente, de vulnerabilidade em relação ao outro pólo. Isso coloca o ator incoerente em processo potencial de ser desgastado pelo outro pólo. A repetição incessante desse desgaste (influindo sobre as capacidades do ator) geralmente leva a uma mudança na sua conduta. Ou então ele mantém a conduta e, logicamente, o desgaste, arriscando-se a deixar de existir. Caso isso ocorra, o jogo continua entre os demais atores.

No caso da emulação o processo é ainda mais simples: um Estado cuja conduta é incoerente observa o sucesso dos coerentes e passa a imitá-los, e, assim, mais uma vez, a estrutura estabiliza os comportamentos, permanecendo como boa indicadora deles. Dessa vez o que ocorre é um aumento da perspectiva de benefício caso se adote a conduta coerente.

Assim se explica, em termos abstratos, que a análise estrutural na perspectiva neo-realista permanece sendo útil.³⁶

³⁶ No exemplo do Concerto Europeu, seria o caso, então, de os historiadores das relações internacionais concluírem sobre a estrutura do sistema internacional na época e, caso se detecte discrepância entre estrutura e conduta, constatarem como se deu o processo de estabilização dos padrões de conduta. Coloca-se uma questão adicional: por que se torna possível a perspectiva de que Estados tivessem adotado comportamento incoerente por longos períodos, como pareceria ser o caso de 1815-1914, se fosse pressuposta uma discrepância entre estrutura e conduta? A resposta, ainda prematura, desenhasse em considerações sobre a natureza dos mecanismos avaliadores dos próprios Estados: a auto-avaliação de uma organização é sempre subótima, pois pode se voltar contra as próprias unidades avaliativas, uma vez que a organização pode inibir ou contradizer essas instâncias. Isso enfraquece ou retarda a percepção da necessidade de alterar o cálculo político. Com isso, o argumento neo-realista lida com as questões colocadas, indicando a possibilidade de correção do comportamento incoerente, mas de forma lenta, de modo que a análise estrutural permaneça como explicação razoável para os fenômenos internacionais. Essa possibilidade de resposta tem sido desenvolvida por Stephen van Evera (2002), mas aparentemente fere um dos pressupostos do programa de pesquisa neo-realista, o da unitariedade do Estado, e, por isso, deve ser considerada com cautela, pelo risco de torná-lo degenerescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certos críticos ao neo-realismo afirmam que essa teoria postula que a estrutura do sistema leva necessariamente a determinados padrões de conduta com ela compatíveis. Havendo discrepância entre a estrutura e a conduta, colocar-se-ia, então, uma anomalia completamente contraditória com a teoria. Esse tipo de crítica apresenta a seguinte estrutura geral de argumento, exemplificada no estudo de Finnemore (2003) sobre o sistema de Estados no Concerto Europeu do século XIX: (i) Para o neo-realismo, a estrutura determina necessariamente conduta compatível; (ii) Ora, a conduta observada era compatível com multipolaridade, mas o sistema não era multipolar; isto é, no caso específico a estrutura não determinou conduta compatível; (iii) Portanto, a constatação empírica contradiz a teoria neo-realista.

Pela estrutura lógica de argumentação, percebe-se que, se as premissas (i) e (ii) forem verdadeiras, então, a conclusão (iii) se segue automaticamente. A percepção que os agentes tinham acerca da estrutura, dirá Finnemore, afeta o resultado da dinâmica internacional. No caso, eles perceberam a estrutura como multipolar e agiram conforme, embora a estrutura não fosse multipolar. A autora, então, desenvolve uma argumentação construtivista para demonstrar que a percepção que os Estados têm sobre a estrutura influi na sua conduta.

Procurou-se expor que a premissa (ii) pode não ser verdadeira, o que dependerá do resultado do Teste de Polaridade, colocado aqui somente como agenda de pesquisa. A resposta teórica procura demonstrar que (i) não é verdadeira. Com isso, mesmo a pressuposição ou a constatação de que (ii) seja verdadeira não mantém o silogismo. Se uma das premissas não se verifica, então a conclusão não decorre. A presente resposta neo-realista teve como objetivo expor como o comportamento incoerente não contradiz a teoria neo-realista, embora seja caso excepcional dentro desse contexto teórico.

Através de considerações sobre a modificação da conduta dos agentes em função de aumento de custos esperados, caso se continue adotando uma linha de comportamento, ou de aumento de benefícios esperados, caso se adote determinado curso de ação, procurou-se identificar no neo-realismo mecanismos teóricos que indicam que o comportamento incoerente não contradiz a idéia básica de que, em geral, o estudo da estrutura permite explicar e prever a conduta dos agentes. Em vez da premissa (i) de Finnemore, os neo-

realistas argumentam que “as estruturas limitam e moldam agentes e agências e apontam-nos em direção a uma qualidade comum de resultantes” (WALTZ, 2002, p. 107), mas não deterministicamente necessária.³⁷

A conduta incoerente dos atores, todavia, tem sido negligenciada pela literatura neo-realista. Espera-se que este estudo tenha sido útil para denotar a relevância desse objeto na análise da conjuntura e da história internacional. Com efeito, procurou-se mostrar que o programa de pesquisa neo-realista possui, em sua própria lógica, instrumentos capazes de lidar com a conduta incoerente, sem que seja necessário teorizar *ad hoc* acerca do fenômeno, o que seria prejudicial ao programa em termos gerais. Pelo contrário, o uso desses instrumentos já embutidos no neo-realismo talvez seja capaz de prever fatos novos, de modo a viabilizar um desenvolvimento progressivo do programa, pelo menos nesse aspecto (ELMAN; ELMAN, 2003; LAKATOS, 1970).

Cabe, ainda, uma constatação inesperada. O argumento exposto remete à consideração de que, de fato, “a concepção que os Estados dão ao contexto no qual se inserem importa para a adoção de determinadas condutas”. Isso foi precisamente o que Finnemore procurou mostrar ao construir seu argumento construtivista. No entanto, tal constatação *também* pode ser feita no contexto neo-realista, a partir de considerações sobre informação imperfeita e erros de cálculo. No caso, o comportamento incoerente relacionado a uma dada situação específica tende a desaparecer com o tempo, ou por alteração da conduta, ou por eliminação dos atores caso permaneçam nela. Nesse sentido, o neo-realismo já contém (de uma forma diferente) o argumento que Finnemore procurou desenvolver no resto de seu estudo.

Muitas vezes, certas discussões se movem em círculo antes que se defina com clareza o significado dos argumentos das partes envolvidas. Uma compreensão mais rigorosa sobre o neo-realismo – tão rotulado de forma prematura – pode ser de grande valia para isso. Espera-se, assim, que o debate entre teorias tenha sido fomentado neste estudo com o devido rigor. Tal debate é necessário para o aperfeiçoamento da disciplina de Relações Internacionais e deve ser retomado com novas considerações sempre que possível.

³⁷ Os críticos ao neo-realismo atribuem a esse programa de pesquisa uma relação de necessidade entre estrutura e conduta, enquanto o que se procurou mostrar aqui é que os neo-realistas no máximo atribuem uma alta probabilidade à relação entre estrutura e conduta.

ABSTRACT

Criticism against neo-realism usually interprets that theory as one establishing a world in which the structure of the international system is deterministically connected to actors' behaviour. Whenever any behaviour is incoherent with a given structure, so claims the criticism, neo-realism is contradicted. This paper tries to show the acceptability of the existence of incoherent behaviour within the scope of neo-realism. An empirical test is designed to evaluate this kind of criticism. Moreover, it is argued that neo-realism is capable of using theoretical mechanisms to keep the basic idea that the study of the international system structure can broadly explain and predict actors' behaviour.

Key words: International relations theory; Neo-realism; Auxiliary hypotheses; Result prediction in international dynamics; Socialization and emulation.

Referências

- ALVES, Rubem. Decifrando mensagens cifradas. In: ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras*. São Paulo: Loyola, 2004. cap. 5, p. 75-96.
- ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. In: KEOHANE, Robert Owen (Org.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986. cap. 9, p. 255-300.
- AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books, 1984.
- BLAUG, Mark. *Metodologia da economia: ou como os economistas explicam*. 2. ed. rev. São Paulo: Edusp, 1999.
- BOUDON, Raymond. *Os métodos em sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise (1919-1939): uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Brasília: UnB, 2001.
- CHALMERS, Alan F. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COLARES, Pedro G. *et al.* O processo de ascensão política da Grã-Bretanha ocorrido do século XVII ao XIX: uma explicação a partir de jogos de *payoff* variável e do realismo ofensivo. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 87-108, dez. 2004.

CORRELATES OF WAR 2 PROJECT. **National material capabilities data documented (3.01)**. [s.l.]: California State University, 2004.

COSTA, Sérgio Ribeiro da. Teoria dos jogos. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 105, p. 8-10, nov./dez. 1994.

DAVIS, Morton D. **Game theory: a non-technical introduction**. Mineola, NY: Dover Publications, 1997.

DINIZ, Eugenio. Realismo, institucionalismo liberal e a inserção internacional do Brasil: uma agenda de pesquisa empírica. In: ESTEVES, Paulo Luiz. **Instituições internacionais: segurança, comércio e integração**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003. cap. 5, p. 133-168.

DINIZ, Eugenio; PROENÇA JR., Domício. When things change they won't stay the same: the collapse of the material foundations of international law. In: **CONFERÊNCIA BRASIL E UNIÃO EUROPÉIA AMPLIADA, 2004**, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. 10p.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. Appraising progress in international relations theory. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius (Ed.). **Progress in international relations theory: appraising the field**. Cambridge: MIT Press, 2003. cap. 1, p. 1-20.

FARIAS, Alfredo Alves de; SOARES, José Francisco; CÉSAR, Cibele Comini. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

FELDMAN, Luiz; FREIRE, Lucas Grassi. Neo-realismo, unipolaridade e política externa norte-americana: entre o intervencionismo e o balanceamento distante. **O Debatedouro**, Belo Horizonte, n. 48, p. 17-20, 30 maio 2004.

FINNEMORE, Martha. Intervention and international order. In: FINNEMORE, Martha. **The purpose of intervention: changing beliefs about the use of force**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003. cap. 4, p. 85-140.

FREIRE, Lucas Grassi. **Comentários sobre dúvidas céticas e proposta de solução em Hume**. Belo Horizonte, 2005a. No prelo. Mimeografado.

FREIRE, Lucas Grassi. Espécie em extinção no Brasil: analista internacional. **O Debatedouro**, Belo Horizonte, n. 65, p. 15-17, 22 jun. 2005b.

FREIRE, Lucas Grassi. Festschrift a Waltz. **O Debatedouro**, Belo Horizonte, n. 57, p. 25-27, 8 dez. 2004.

FREIRE, Lucas Grassi. **Indutivismo: proposta e críticas**. Belo Horizonte, 2005c. No prelo. Mimeografado.

FREIRE, Lucas Grassi. Nota sobre certas críticas ao neo-realismo. **O Debatedouro**, Belo Horizonte, 2005d. No prelo.

- FREIRE, Lucas Grassi. Teste de polaridade, jogos repetidos, socialização e emulação: uma resposta neo-realista à crítica construtivista sobre comportamento incoerente dos atores. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 10., 2005, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s.n.], 2005e. 32p. Mimeo.
- FREIRE, Lucas Grassi. Três enigmas epistemológicos e a necessidade de uma nova abordagem em relações internacionais. *O Debatedouro*, Belo Horizonte, n. 60, p. 28-30, 7 mar. 2005f.
- GAMA, Carlos Frederico. O realismo nas relações internacionais: caracterização. *O Debatedouro*, Belo Horizonte, n. 31, p. 6-9, 4 ago. 2003a.
- GAMA, Carlos Frederico. Racionalismo: a ortodoxia nas relações internacionais. *O Debatedouro*, Belo Horizonte, n. 39, p. 6-8, 6 dez. 2003b.
- GIBBONS, Robert. *A primer in game theory*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1992.
- GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo: Contexto, 2004.
- HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. *World Politics*, Baltimore, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950.
- HUME, David. *Investigação sobre o conhecimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. cap. 2-5, p. 35-71.
- JERVIS, Robert. Cooperation under the security dilemma. *World Politics*, Baltimore, v. 30, n. 2, p. 167-214, 1978.
- KAPLAN, Morton A. *System and process in international politics*. New York: Science Editions, 1967.
- KENNEDY, Paul. *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.
- KEOHANE, Robert Owen (Org.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.
- KNORR, Klaus. *Military power and potential*. Lexington, MA: D. C. Heath, 1970.
- KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. *Foreign Affairs*, [s.l.], v. 70, n. 1, p. 23-33, 1991.
- LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. London: Cambridge University Press, 1970. p. 91-196.

- MEARSHEIMER, John J. **Through the realist lens: conversation with John Mearsheimer** [08 abr. 2002]. Berkeley: University of California, 2002. Vídeo (58 min.), estéreo. Entrevista concedida a Harry Kreisler.
- LAYNE, Christopher. The unipolar illusion: why new great powers will rise. *International Security*, Cambridge (USA), v. 17, n. 4, p. 5-51, 1993.
- MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. **Noções de probabilidade e estatística**. São Paulo: Edusp, 2002.
- MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton, 2001.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, 2003.
- NEGRI, Stefania de Resende. Ética e moral no realismo político: uma análise comparativa entre as teorias políticas de Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Hans Morgenthau. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 81-105, jun. 2003.
- NYE JR., Joseph S. **Understanding international conflicts: an introduction to theory and history**. 3rd ed. New York: Longman, 2000.
- ORDESHOOK, Peter C. **Game theory and political theory: an introduction**. New York: Cambridge University Press, 1986.
- POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- POPPER, Karl Raimund. Conhecimento conjectural: minha solução para o problema da indução. In: POPPER, Karl R. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. cap. 1, p. 13-40.
- PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- SINGER, J. David. Editor's introduction. In: SINGER, J. David (Ed.). **Quantitative international politics: insights and evidence**. New York: The Free Press, 1968. p. 1-13.
- SINGER, J. David; BREMER, Stuart; STUCKEY, John. Capability distribution, uncertainty, and major power war, 1820-1965. In: VASQUEZ, John A.; HEENHAN, Marie T. (Ed.). **The scientific study of peace and war: a text reader**. New York: Lexington Books, 1992. cap. 2, p. 37-74.
- SINGER, J. David; SMALL, Melvin. Alliance aggregation and the onset of war 1815-1945. In: SINGER, J. David (Ed.). **Quantitative international politics: insights and evidence**. New York: The Free Press, 1968. p. 247-286.

- SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SNYDER, Glenn H. The security dilemma in alliance politics. *World Politics*, Baltimore, v. 36, n. 4, p. 461-495, 1984.
- VAN EVERA, Stephen. **Why states believe foolish ideas: non-self-evaluation by states and societies**. Cambridge (USA): MIT, 10 jan. 2002. Mimeo.
- WALTZ, Kenneth Neal. [Correspondência pessoal dirigida a Lucas Grassi Freire, em 19 de abril de 2005]. [s.l.], 2005. Não publicado. Arquivo particular do destinatário.
- WALTZ, Kenneth Neal. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WALTZ, Kenneth Neal. Reflections on Theory of international politics: a response to my critics. In: KEOHANE, Robert Owen (Org.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986. cap. 11, p. 322-345.
- WALTZ, Kenneth Neal. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WALTZ, Kenneth Neal. The emerging structure of international politics. *International Security*, Cambridge (USA), v. 18, n. 2, p. 44-79, 1993.
- WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: UnB, 2004.
- WAYMAN, Frank Whelon. Bipolarity and war: the role of capability distribution and alliance patterns among major powers, 1816-1965. *Journal of Peace Research*, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 61-78, 1984.
- WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. *International Security*, Cambridge (USA), v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.
- ZALDÍVAR, Carlos Alonso. ¿Mundo unipolar o mundo multipolar? *Estudios de Política Exterior*, Madrid, v. 17, n. 95, p. 47-63, 2003.